

A

Tzvetan Todorov

CONQUISTA DA AMÉRICA

a questão do outro

1982 (1ª ed.)

1988

Martins Fontes

A descoberta da América

Quero falar da descoberta que o *eu* faz do *outro*. O assunto é imenso. Mal acabamos de formulá-lo em linhas gerais já o vemos subdividir-se em categorias e direções múltiplas, infinitas. Pode-se descobrir os outros em si mesmo, e perceber que não se é uma substância homogênea, e radicalmente diferente de tudo o que não é si mesmo; eu é um outro. Mas cada um dos outros é um *eu* também, sujeito como eu. Somente meu ponto de vista, segundo o qual todos estão *lá* e eu estou só *aqui*, pode realmente separá-los e distingui-los de mim. Posso conceber os outros como uma abstração, como uma instância da configuração psíquica de todo indivíduo, como o Outro, outro ou outrem em relação a *mim*. Ou então como um grupo social concreto ao qual *nós* não pertencemos. Este grupo, por sua vez, pode estar contido numa sociedade: as mulheres para os homens, os ricos para os pobres, os loucos para os "normais". Ou pode ser exterior a ela, uma outra sociedade que, dependendo do caso, será próxima ou longínqua: seres que em tudo se aproximam de nós, no plano cultural, moral e histórico, ou desconhecidos, estrangeiros cuja língua e costumes não compreendo, tão estrangeiros que chego a hesitar em reconhecer que pertencemos a uma mesma espécie. Escolhi esta problemática do outro exterior, de modo um pouco arbitrário, e porque não podemos falar de tudo ao mesmo tempo, para começar uma pesquisa que nunca poderá ser concluída.

Mas como falar disso? No tempo de Sócrates, o orador costumava perguntar ao auditório qual o seu modo de expressão, ou gênero preferido: o mito, isto é, a narração, ou a argumentação lógica? Na época do livro, a decisão não pode ser tomada pelo público. A escolha teve de ser feita para que o livro existisse. Temos de nos contentar em imaginar, ou desejar, um público que teria dado tal resposta, e não outra, e em escutar aquela sugestão ou imposta pelo próprio assunto. Escolhi contar uma história. Mais próxima do mito do que da argumentação, mas distinta em dois planos: em primeiro lugar, é uma história verdadeira (o que o mito *podia* mas não *devia* ser), e, em segundo lugar, meu interesse principal é mais o de um moralista do que o de um historiador. O presente me importa mais do que o passado. Não tenho outro meio de responder à pergunta de como se comportar em relação a outrem a não ser contando uma *história exemplar* (este é o gênero escolhido), uma história tão verdadeira quanto possível, mas tentando nunca perder de vista aquilo que os exegetas da Bíblia chamavam de sentido tropológico, ou moral. Neste livro se alternarão, um pouco como num romance, os resumos, ou visões de conjunto resumidas, as cenas, ou análises detalhadas recheadas de citações, pausas, onde o autor comenta o que acaba de acontecer, e, é claro, elipses, ou omissões frequentes. Não é esse o ponto de partida de toda história?

Entre os vários relatos que temos à disposição, escolhi um: o da descoberta e conquista da América. Por conveniência, estabeleci uma unidade de tempo — os cem anos que seguem a primeira viagem de Colombo, isto é, basicamente, o século XVI. Estabeleci também uma unidade de espaço — a região do Caribe e do México, chamada às vezes de Meso-América, e, finalmente, uma unidade de ação — a percepção que os espanhóis têm dos índios será meu único assunto, com uma única exceção, no caso de Montezuma e os seus.

Duas razões fundamentaram a escolha deste tema como primeiro passo no mundo da descoberta do outro. Em primeiro lugar, a descoberta da América, ou melhor, a dos americanos, é sem dúvida o encontro mais surpreendente de nossa história. Na “descoberta” dos outros continentes e dos outros homens não existe, realmente, este sentimento radical de estranheza. Os europeus nunca ignoraram totalmente a existência da África, ou da Índia, ou da China, sua lembrança esteve sempre presente, desde as origens. A Lua é mais longe do que a América, é verdade, mas hoje sabemos que aí não há encontro, que esta descoberta não guarda surpresas da mesma espécie. Para fotografar um ser vivo na Lua, é necessário que o cosmonauta se coloque diante da câmara, e em seu escafandro há um só reflexo:

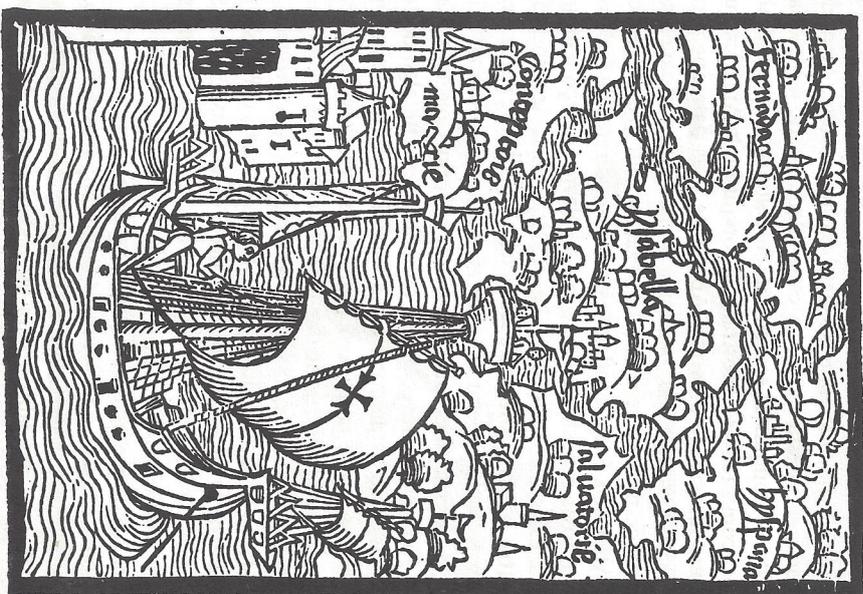


Fig. 1 Barcos e castelos nas Índias ocidentais

de que a viagem para o oeste não significava uma longa descida — estamos (3) no cume da Terra — e que não seria difícil demais subir de novo. Em resumo, não podia ter certeza de que o retorno era possível. A primeira pergunta nesta investigação genealógica será, portanto: o que o levou a partir? Como a coisa aconteceu?

Ao ler os escritos de Colombo (diários, cartas, relatórios), poderíamos ter a impressão de que seu motivo principal é o desejo de enriquecer (aqui, e em seguida, digo de Colombo o que poderia aplicar-se a outros; por ter sido, freqüentemente, o primeiro, deu o exemplo). O ouro, ou melhor, a procura deste (já que não se encontra quase nada no início), está omnipresente no decorrer da primeira viagem. No dia seguinte à descoberta, 13 de outubro de 1492, ele anota em seu diário: “Estava atento e tratava de saber se havia ouro”. E volta a isso constantemente: “Não quero parar, para ir mais longe, visitar muitas ilhas e descobrir ouro” (1.11.1492); “O admirante ordenou-lhes que não lhes tomassem nada, para que eles compreendessem que ele só procurava ouro” (1.11.1492). Até a sua oração tinha-se transformado: “Que Nosso Senhor me ajude, em Sua misericórdia, a descobrir este ouro...” (23.12.1492). E, num relatório posterior (*Relatório para Antonio de Torres*, 30.1.1494), ele se refere, laconicamente, a “nossa atividade, que é coletar ouro”. Seu percurso é traçado a partir dos indícios de existência de ouro que ele pensa encontrar. “Decidi ir para o sudoeste procurar o ouro e as pedras preciosas” (*Diário*, 13.10.1492). “Ele desejava ir à ilha chamada Babeça, onde, pelo que tinha escutado, sabia que havia muito ouro” (13.11.1492). “O admirante acreditava que estava muito próximo da fonte do ouro, e que Nosso Senhor lhe mostraria onde ele nasce” (17.12.1492 — nessa época, o ouro “nasce”). Deste modo, Colombo vaga, de ilha em ilha, e é bem possível que os índios tenham encontrado aí um meio de se livrar dele. “No desportar do dia, ele içou as velas para seguir seu caminho à procura das ilhas que os índios diziam conter muito ouro, algumas mais ouro do que terra” (22.12.1492)...

Será que foi mera ambição o que levou Colombo a viajar? Basta ler todos os seus escritos para ficar convencido de que não é nada disso. Colombo simplesmente sabe a capacidade atrativa que podem ter as riquezas, e especialmente o ouro. É com a promessa de ouro que ele acalma os outros em momentos difíceis. “Neste dia, eles perderam completamente de vista a terra. Temendo não tornar a vê-la por muito tempo, muito suspiravam e choravam. O admirante reconfortou a todos com grandes promessas de muitas terras e riquezas, para que eles conservassem a esperança e perdessem o medo que tinham de um caminho tão longo.” (F. Colombo, 18)

“Aqui os homens já não agüentavam mais. Reclamavam do cumprimento da viagem. Mas o Admirante consolou-os do melhor modo possível dando-lhes grandes esperanças do lucro que eles poderiam ter” (*Diário*, 10.10.1492).

Os marinheiros não são os únicos que esperam enriquecer. Os pró-prios mandatários da expedição, os Reis de Espanha, não se teriam envolvido na empresa se não fosse a promessa de lucro. Portanto, no diário que Colombo escreve, a eles destinado, é preciso multiplicar a cada página os indícios da presença de ouro (na falta do próprio ouro). Na terceira viagem, lembrando a organização da primeira, ele diz explicitamente que o ouro era uma espécie de chamariz, para que os reis aceitassem financiá-la: “Foi também necessário falar do temporal, e por isso lhes mostramos os escritos de tantos estudiosos dignos de fé que trataram da história, que contavam que nessas regiões havia imensas riquezas” (*Carta aos Reis*, 31.8.1498). Em outra ocasião, ele diz ter acumulado e conservado o ouro “para que Suas Altezas disso se alegrem e que nessas condições elas possam compreender, diante de tal quantidade de pedras de ouro maciço, a importância da empresa” (*Carta a Ana-de-Leite*, novembro de 1500). Aliás, Colombo tem razão quando imagina a importância disso: sua desgraça não se deve, ao menos em parte, ao fato de não ter havido mais ouro nessas ilhas? “Dai nasceram as maledicências e os desprezos da empresa assim iniciada, porque eu não tinha enviado imediatamente navios carregados de ouro” (*Carta aos Reis*, 31.8.1498).

Sabe-se que uma longa discussão oporá Colombo aos reis (e depois será instruído um processo entre os herdeiros de ambos), que se refere justamente ao total dos lucros que o Admirante estaria autorizado a retirar das “Índias”. Apesar de tudo isso, a ambição não é realmente a força motriz da ação de Colombo. Importa-se com a riqueza porque ela significa o reconhecimento de seu papel de descobridor, mas teria preferido o rústico hábito de monge. O ouro é um valor humano demais para interessar a Colombo, e devemos acreditar nisso quando ele escreve no diário da terceira viagem: “Nosso Senhor bem sabe que eu não supporto todas estas penas para acumular tesouros nem para descobri-los para mim; pois, quanto a mim, bem sei que tudo o que se faz neste mundo é vão, se não tiver sido feito para a honra e o serviço de Deus” (Las Casas, *Historia*, I, 146). E no fim de seu relato da quarta viagem: “Não fiz esta viagem para nela obter ouro e fortuna; é a verdade, pois disso toda esperança já estava morta. Vim até Vossas Altezas com uma intenção pura e um grande zelo, e não minto” (“Carta Raríssima”, 7.7.1503).

Qual é essa intenção pura? Colombo formula-a frequentemente no diário da primeira viagem: ele queria encontrar o Grande Can, ou imperador da China, cujo retrato inesquecível tinha sido deixado por Marco Polo. "Estou determinado a ir à terra firme e à cidade de Quisay entregar as cartas de Vossas Altezas ao Grande Can, pedir-lhe resposta e retornar com ela" (21.10.1492). Este objetivo é em seguida ligeiramente afastado, já que as descobertas, por si só, já lhe dão bastante trabalho, mas não é jamais esquecido. Mas por que esta obsessão, que parece quase pueril? Porque, ainda de acordo com Marco Polo, "há muito tempo o imperador de Cathai pediu sábios para instruí-lo na fé de Cristo" ("Carta Raríssima", 7.7.1503), e Colombo quer fazer com que ele possa realizar este desejo. A expansão do cristianismo é muito mais importante para Colombo do que o ouro, e ele se explicou sobre isso, principalmente numa carta destinada ao papa. Sua próxima viagem será "para a glória da Santíssima Trindade e da santa religião cristã", e para isso ele "espera a vitória do Eterno Deus, como ela sempre me foi dada no passado"; o que ele faz é "grandioso e exaltante para a glória e o crescimento da santa fé cristã". Portanto, seu objetivo é: "Espero em Nosso Senhor poder propagar seu santo nome e seu Evangelho no universo" ("Carta ao Papa Alexandre VI", fevereiro de 1502).

A vitória universal do cristianismo é o que anima Colombo, homem profundamente piedoso (nunca viaja aos domingos) que, justamente por isso, considera-se eleito, encarregado de uma missão divina, e que vê por toda parte a intervenção divina, seja no movimento das ondas ou no naufrágio de seu barco (numa noite de Natal!): "Por numerosos e notáveis milagres Deus se revelou no decorrer desta navegação" ("Diário", 15.3.1493).

Além disso, a necessidade de dinheiro e o desejo de impor o verdadeiro Deus não se excluem. Os dois estão até unidos por uma relação de subordinação: um é meio, e o outro, fim. Na verdade, Colombo tem um projeto mais preciso do que a exaltação do Evangelho no universo, e tanto a existência quanto a permanência deste projeto revelam sua mentalidade. Qual um Dom Quixote atrasado de vários séculos em relação a seu tempo, Colombo queria partir em cruzada e liberar Jerusalém! Só que a idéia é extravagante em sua época e como, por outro lado, não há dinheiro, ninguém quer escutá-lo. Como um homem desprovido e que gostaria de lançar uma cruzada podia realizar seu sonho, no século XV? É tão simples quanto o ovo de Colombo: basta descobrir a América e conseguir nela os fundos... Ou melhor, ir à China pela via ocidental "Direta", já que Marco Polo e outros escritores medievais garantiram que grande quantidade de ouro "nasce" lá.

A realidade deste projeto está amplamente comprovada. No dia 26 de dezembro de 1492, durante a primeira viagem, ele revela em seu diário que espera encontrar ouro, e "em quantidade suficiente para que os Reis possam, em menos de três anos, preparar e empreender a conquista da Terra Santa. Foi assim" continua ele, "que manifestei a Vossas Altezas o desejo de ver os benefícios de minha atual empresa consagrados à conquista de Jerusalém, o que fez Vossas Altezas sorrirem, dizendo que isto lhes agradava, e que mesmo sem este benefício este era o seu desejo". Mais tarde, ele relembra este episódio: "No momento em que tomei as providências para ir descobrir as Índias, era na intenção de suplicar ao Rei e à Rainha, nossos senhores, que eles se decidissem a gastar a renda que poderiam obter das Índias na conquista de Jerusalém; e foi de fato o que eu lhes pedi?" ("Instituição de Morgado", 22.2.1498). Era pois esse o projeto que Colombo tinha apresentado à corte real, procurando obter o auxílio de que precisava para a primeira expedição. Quanto a Suas Altezas, não levavam isso muito a sério, e deviam reservar-se o direito de empregar o lucro do empreendimento, se lucro houvesse, com outras finalidades.

Mas Colombo não esquece seu projeto, e este reaparece numa carta ao papa: "Esta empresa foi feita no intuito de empregar o que dela se obtivesse na devolução da Terra Santa à Santa Igreja. Depois de ali ter estado e visto a terra, escrevi ao Rei e à Rainha, meus senhores, dizendo-lhes que dentro de sete anos disporia de cinquenta mil homens a pé e cinco mil cavaleiros, para a conquista da Terra Santa e, durante os cinco anos seguintes, mais cinquenta mil pedestres e outros cinco mil cavaleiros, o que totalizaria dez mil cavaleiros e cem mil pedestres para a dita conquista" (fevereiro de 1502). Colombo nem desconfia que a conquista acontecerá, mas numa direção completamente diferente, muito perto das terras que ele descobriu, e com muito menos guerreiros, aliás. Seu apelo não provoca, portanto, muitas reações: "A outra ilustre empresa chama, de braços abertos; até o presente momento, todos lhe são indiferentes" ("Carta Raríssima", 7.7.1503). Por isso, querendo afirmar sua intenção mesmo após sua própria morte, ele institui um morgado e dá instruções a seu filho (ou a seus herdeiros): juntar o máximo de dinheiro possível para, no caso de os Reis renunciarem ao projeto, poder "ir até lá só e tão poderoso quanto lhe for possível" (22.2.1498).

Las Casas deixou uma imagem célebre de Colombo, onde situa bem sua obsessão pelas cruzadas no contexto de sua profunda religiosidade: "Quando lhe traziam ouro ou objetos preciosos, ele entrava em seu oratório, ajoelhava-se como as circunstâncias exigiam, e dizia: 'Agradecemos a

Nosso Senhor que nos tornou dignos de descobrir tantos bens? Era o guardião mais zeloso da honra divina; ávido e desejoso de converter as pessoas, e de ver por toda parte semeada e propagada a fé de Jesus Cristo; e particularmente dedicado para que Deus o tornasse digno de contribuir de algum modo para o resgate do Santo Sepulcro; e com esta devoção e certeza de que Deus o guiaria na descoberta deste mundo que ele prometia, tinha suplicado à Sereníssima Rainha Dona Isabel que lhe promettesse consagrar todas as riquezas que os Reis podiam obter de sua descoberta ao resgate da terra e da Santa Casa de Jerusalém, o que a Rainha fez. . .” (*Historia*, I, 2).

Não só os contatos com Deus interessam muito mais a Colombo do que os assuntos puramente humanos, como também sua forma de religiosidade é particularmente arcaica (para a época). Não é por acaso que o projeto das cruzadas tinha sido abandonado desde a Idade Média. Paradoxalmente, é um traço da mentalidade medieval de Colombo que faz com que ele descubra a América e inaugure a era moderna. (Devo admitir, e até declarar, que o uso que faço dos adjetivos “medieval” e “moderno” não é nada preciso. No entanto, são indispensáveis. Que sejam inicialmente entendidos em seu sentido mais corrente, até que eles adquiram, no decorrer das páginas seguintes, um conteúdo mais particular.) Porém, como vemos, o próprio Colombo não é um homem moderno, e este fato é pertinente no desenrolar da descoberta, como se aquele que faria nascer um mundo novo já não pudesse mais fazer parte dele.

Há traços de mentalidade em Colombo, entretanto, que estão mais próximos de nós. Por um lado, ele submete tudo a um ideal exterior e absoluto (a religião cristã), e todas as coisas terrestres não passam de meios em vista da realização deste ideal. Mas, por outro lado, ele parece encontrar na descoberta da natureza, atividade à qual ele se adapta melhor, um prazer que faz com que essa atividade se baste. Ela já não tem a mínima utilidade, e o meio torna-se fim. Assim como, para o homem moderno, uma coisa, uma ação ou um ser são belos apenas quando justificam-se por si mesmos, para Colombo, “descobrir” é uma ação intransitiva. “O que quero é ver e descobrir o máximo que puder”, ele escreve a 19 de outubro de 1492. E a 31 de dezembro de 1492: “Ele diz ainda que não teria desejado partir antes de ter visto toda aquela terra que se estende em direção a leste e tê-la percorrido toda por sua costa”. Basta mencionar a existência de uma nova ilha para que ele seja tomado da vontade de visitá-la. No diário da terceira viagem, encontram-se estas frases: “Ele diz estar pronto a abandonar tudo para descobrir outras terras e ver seus segredos” (*Las Casas, Historia*, I, 136). “O que ele mais queria, pelo que diz, era descobrir mais” (*ibid.*, I,

146). Noutra ocasião, ele se pergunta: “Quanto lucro daqui se pode tirar, não escrevo. Certo é, Senhores Príncipes, que onde há tais terras deve haver também uma infinidade de coisas lucrativas. Mas não me detenho em nenhum porto, porque quero ver todas as outras terras que puder, para relatá-lo a Vossas Altezas” (“Diário”, 27.11.1492). Os lucros que ali “deve” haver têm apenas um interesse secundário para Colombo. O que conta, são as “terras”, e sua descoberta. Esta, na verdade, parece estar subordinada a um objetivo, que é o relato de viagem. Dir-se-ia que Colombo fez tudo para poder escrever relatos inauditos, como Ulisses. Ora, o relato de viagem não é, em si mesmo, o ponto de partida, e não somente o ponto de chegada, de uma nova viagem? O próprio Colombo não tinha partido porque tinha lido o relato de Marco Polo?

Colombo hermeneuta

Para provar que a terra que vê é mesmo o continente, e não outra ilha, Colombo faz o seguinte raciocínio (no diário da terceira viagem, transcrito por Las Casas): "Estou convencido de que isto é uma terra firme, imensa, sobre a qual até hoje nada se soube. E o que me reforça a opinião é o fato deste rio tão grande, e do mar que é doce; em seguida, são as palavras de Esdras, em seu livro IV, capítulo 6, onde ele diz que seis partes do mundo são de terra seca e uma de água, este livro tendo sido aprovado por Santo Ambrósio em seu *Hexameron* e por Santo Agostinho (...). Além disso, asseguraram-me as palavras de muitos índios canibais que eu tinha apreendido em outras ocasiões, os quais diziam que ao sul de seu país estava a terra firme" (*Historia*, I, 138).

Três argumentos vêm apoiar a convicção de Colombo: a abundância de água doce, a autoridade dos livros santos, e a opinião de outros homens encontrados. É claro que estes três argumentos não devem ser postos no mesmo plano, mas revelam a existência de três esferas que dividem o mundo de Colombo: uma é natural, a outra divina, a terceira humana. Então talvez não seja por acaso que encontramos também três impulsos para a conquista: o primeiro humano (a riqueza), o segundo divino, e o terceiro ligado à apreciação da natureza. E, em sua comunicação com o mundo, Co-

lombo se comporta de maneira diferente segundo se dirige a (ou se dirigem a ele) a natureza, Deus e os homens. Voltando ao exemplo da terra firme, se Colombo tem razão, é unicamente em função do primeiro argumento (e podemos ver, em seu diário, que este só toma forma aos poucos, no contato com a realidade). Observando que a água é doce longe no mar, ele deduz, de modo clarividente, a potência do rio, e daí a distância por ele percorrida, de modo que se trata de um continente. Por outro lado, é bem provável que ele não tenha entendido nada do que diziam os "índios canibais". Anteriormente, na mesma viagem, ele relatava suas entrevistas assim: "Ele (Colombo) diz ter certeza de que é uma ilha, pois é o que diziam os índios", e Las Casas comenta: "Parece, pois, que ele não os compreendia" (*Historia*, I, 135). Quanto a Deus...

Efetivamente, não podemos pôr no mesmo plano estas três esferas, como devia acontecer com Colombo. Para nós, existem apenas dois intercâmbios reais: com a natureza e com os homens. A relação com Deus não implica a comunicação, embora possa influenciar, e até predeterminar toda forma de comunicação. Este é justamente o caso de Colombo: há, sem dúvida, relação entre a forma de sua fé em Deus e a estratégia de suas interações.

Quando dizemos que Colombo tem fé, o objeto é menos importante do que a ação: sua fé é cristã, mas tem-se a impressão que, se fosse muçulmana, ou judaica, ele teria agido do mesmo modo. O importante é a força da crença em si. "São Pedro saltou sobre o mar e caminhou sobre as águas enquanto sua fé o sustentou. Aquela que tiver a fé do tamanho de um grão de jolo será obedecido pelas montanhas. Que aquele que tem fé peça, pois tudo lhe será dado. Batei, e se abrirá", ele escreve no prefácio de seu *Livro das Profecias* (1501). Além disso, Colombo não acredita unicamente no dogma cristão: acredita também (e não é o único na época) em ciclos e seres, em Amazonas e homens com caudas, e sua crença, tão forte quanto a de São Pedro, permite que ele os encontre. "Ele entendeu ainda que, mais além, havia homens com um só olho e outros com focinho de cão" ("Diário", 4.11.1492). "O Almirante diz que na véspera, a caminho do rio do Ouro, viu três seretas que saltaram alto, fora do mar. Mas elas não eram tão belas quanto se diz, embora de um certo modo tivessem forma humana de rosto" (9.1.1493). "Estas mulheres não se dedicam a nenhum exercício feminino, e sim aos do arco e da flecha, fabricadas, como é dito acima, de caniço, e elas se armam e se cobrem de lâminas de cobre que têm em abundância" ("Carta a Santangel", fevereiro-março de 1493). "Restam em dire-

ção ao poente duas províncias, que não percorri, das quais uma, que eles chamam de Avan, onde as pessoas nascem com uma cauda" (*ibid.*).

A crença mais surpreendente de Colombo é de origem cristã: refere-se ao Paraíso terrestre. Ele leu no *Imago Mundi* de Pierre d'Ailly que o Paraíso terrestre devia estar localizado numa região temperada além do equador. Não encontra nada durante sua primeira visita ao Caribe, surpreendentemente; porém, de volta aos Açores, declara: "O Paraíso terrestre está no fim do Oriente, pois essa é uma região temperada ao extremo. E aquelas terras que ele acabava de descobrir são, segundo ele, o fim do Oriente" (21.2.1493). O tema transformou-se em obsessão durante a terceira viagem, quando Colombo chega mais perto do equador. Inicialmente, ele crê perceber uma irregularidade na forma redonda da terra: "Descobri que o mundo não era redondo da maneira como é descrito, mas da forma de uma pedra que seria toda bem redonda, exceto no local onde se encontra a haste, que é o ponto mais elevado; ou então como uma bola bem redonda, sobre a qual, em um certo ponto, estaria algo como uma teta de mulher, e a parte deste mamilo fosse a mais elevada e a mais próxima do céu, e situada sob a linha equinocial neste mar Oceano, no fim do Oriente" ("Carta aos Reis", 31.8.1498).

Esta elevação (um mamilo sobre uma pedra) será um argumento a mais para afirmar que o Paraíso terrestre está ali. "Estou convencido de que aqui é o Paraíso terrestre, onde ninguém pode chegar se não for pela vontade divina. (...) Não concebo que o Paraíso terrestre tenha a forma de uma montanha abrupta, como mostram os escritos a esse respeito, e sim que está sobre este pico, no ponto de que falei, que figura a haste da pedra, onde subimos, pouco a pouco, por uma inclinação tomada de muito longe" (*ibid.*).

Podemos observar aqui como as crenças de Colombo influenciam suas interpretações. Ele não se preocupa em entender melhor as palavras dos que se dirigem a ele, pois já sabe que encontrará ciclos, homens com cauda e Amazonas. Ele vê que as "seretas" não são, como se disse, belas mulheres; no entanto, em vez de concluir pela inexistência das seretas, troca um preconceito por outro e corrige: as seretas não são tão belas quanto se pensa. Durante a terceira viagem, num certo momento, Colombo se pergunta sobre a origem das pérolas que os índios às vezes lhe trazem. A coisa acontece na sua frente, mas o que ele relata em seu diário é a explicação de Plínio, tirada de um livro: "Próximo ao mar havia inumeráveis ostras pressas aos galhos das árvores que cresciam no mar, com a boca

aberta para receber o orvalho que cai das folhas, esperando que caísse uma gota para dar origem às pérolas, como diz Plínio; e cita o dicionário intitulado *Catholicon*" (Las Casas, *Historia*, I, 137). E o mesmo em relação ao Paraíso terrestre: o signo que constitui a água doce (portanto, grande rio, e portanto, montanha) é interpretado, após uma breve hesitação, "conforme a opinião dos ditos santos e sábios teólogos" (*ibid.*). "Tenho em minha alma por muito certo que lá onde eu disse se encontra o Paraíso terrestre, e me baseio para isso nas razões e autoridades ditas acima" (*ibid.*). Colombo pratica uma estratégia "finalista" da interpretação, como os Pais da Igreja interpretavam a Bíblia: o sentido final é dado imediatamente (é a doutrina cristã), procura-se o caminho que une o sentido inicial (a significação aparente das palavras do texto bíblico) a este sentido último. Colombo não tem nada de um empirista moderno: o argumento decisivo é o argumento de autoridade, não o de experiência. Ele sabe de antemão o que vai encontrar; a experiência concreta está aí para ilustrar uma verdade que se possui, não para ser investigada, de acordo com regras pré-estabelecidas, em vista de uma procura da verdade.

Apesar de sempre ser finalista, Colombo, como vimos, era mais perspicaz quando observava a natureza do que quando tentava compreender os indígenas. Seu comportamento hermenêutico não é exatamente o mesmo aqui e ali, como poderemos ver em detalhe.

"Desde a mais tenra infância vivi a vida dos marinheiros, e o faço até hoje. Este ofício leva aqueles que o abraçam a querer conhecer os segredos deste mundo", escreve Colombo no início do *Livro das Profecias* (1501). Insistimos aqui na palavra *mundo* (em oposição a "homens"); aquele que se identifica à profissão de marinheiro relaciona-se mais com a natureza do que com seus próximos; e em seu espírito a natureza tem certamente mais afinidade com Deus do que os homens: ele escreve, rapidamente, na margem da *Geografia* de Ptolomeu: "Admiráveis são os impulsos tumultuosos do mar. Admirável é Deus nas profundezas". Os escritos de Colombo, e particularmente o diário da primeira viagem, revelam uma atenção constante a todos os fenômenos naturais. Peixes e pássaros, plantas e animais são as principais personagens das aventuras que conta; deixou-nos descrições detalhadas. "Eles pescaram com redes e pegaram um peixe, entre muitos outros, que se parecia realmente com um porco, não como o atum, mas, diz o Almirante, que era todo escamado, muito duro, e não tinha nada de mole exceto a cauda, os olhos e um orifício por baixo para expulsar os excrementos. Ele ordenou que fosse salgado para que os Reis o vissem" (16.11.1492). "Vieram ao navio mais de quarenta pardais juntos e

dois albatrozes, e num deles deu uma pedrada um moço da caravela. Veio à nau uma fragata, e também um pássaro branco semelhante a uma galvoita" (4.10.1492). "Vi muitas árvores diferentes das nossas, e várias delas tinham ramos de tipos diferentes saindo de um mesmo tronco — um ramo era de um tipo, e o outro de outro —, tão estranhos por sua diversidade que era certamente a coisa mais maravilhosa do mundo. Por exemplo, um ramo tinha folhas como as da cana e outras como as do lentisco, e assim numa só árvore havia folhas de cinco ou seis tipos e todas diferentes" (16.10.1492). Durante a terceira viagem, ele faz escala nas ilhas do Cabo Verde, que na época serviam aos portugueses como lugar de deportação para todos os leprosos do reino. Supõe-se então que eles poderiam curar-se comendo tartarugas e lavando-se com seu sangue. Colombo não presta a mínima atenção aos leprosos e a seus costumes singulares; mas inicia imediatamente uma longa descrição dos hábitos das tartarugas. Ao naturalista amador junta-se o etólogo experimentador, na célebre cena do combate entre um peccari e um macaco, descrita por Colombo num momento em que sua situação é quase trágica e não se poderia esperar que ele se concentrasse na observação da natureza: "Há inúmeros animais, pequenos e grandes, e muito diferentes dos nossos. Deram-me de presente dois porcos que um cão irlandês não ousava enfrentar. Um arpoador tinha ferido um animal semelhante a um macaco, porém muito maior e com uma face de homem; lhe tinha atravessado o corpo com uma flecha, do peito até a cauda e, como ele estava furioso, tinha tido de cortar-lhe um braço e uma perna. O porco, assim que o viu, ficou erigido e se pôs a fugir. Eu, ao ver isso, mandei lançar o *begare*, como é chamado neste lugar, contra o outro, e quanto ficou sobre ele, ainda que estivesse à morte e ainda tivesse a flecha no corpo, lançou a cauda em volta do focinho do porco e a manteve assim, com força, enquanto, com a mão que lhe restava, agarrava-o pela nuca, como um inimigo. A grande novidade desta cena e a beleza deste combate de caça levaram-me a escrever isto" ("Carta Rarissima", 7.7.1503).

Atento aos animais e às plantas, Colombo o é ainda mais a tudo que se refere à navegação, ainda que esta atenção esteja mais ligada ao senso prático do marinheiro do que à observação científica rigorosa. Concluindo o prefácio de seu primeiro diário, dirige a si mesmo esta injunção: "E, sobretudo, é muito importante que eu esqueça o sono e seja um navegador muito vigilante, porque assim deve ser; o que exigirá grande esforço", e podemos dizer que ele obedece à ríscia: nenhum dia sem anotações referentes às estrelas, aos ventos, à profundidade do mar, ao relevo da costa; os princípios teológicos não intervem aqui. Quando Pinzón, comandante do

segundo navio, desaparece à procura de ouro, Colombo passa o tempo fazendo levantamentos geográficos: "Esta noite toda estive na corda, como dizem os marinheiros, que é andar barlaventeando e não andar nada, para ver uma angra, que é uma abertura entre as montanhas, que começou a ver ao pôr do sol, onde se mostravam duas montanhas enormes ("Diário", 13.11.1492).

O resultado desta observação vigilante é que Colombo consegue, em matéria de navegação, verdadeiras façanhas (apesar do naufrágio de sua nave): sempre sabe escolher os melhores ventos e as melhores velas; inaugura a navegação pelas estrelas e descobre a declinação magnética. Um de seus companheiros da segunda viagem, que não procura ser lisonjeiro, escreve: "Durante as navegações, bastava-lhe olhar uma nuvem, ou, à noite, uma estrela, para saber o que ia acontecer e se haveria mau tempo." Em outras palavras, sabe interpretar os sinais da natureza em função de seus interesses. Aliás, a única comunicação realmente eficaz que ele estabeleceu com os indígenas baseia-se em sua ciência das estrelas: é quando, numa solenidade digna de Tintin, se aproveita do fato de conhecer a data de um eclipse iminente da Lua; encalhado na costa jamaicana há oito meses, não consegue mais convencer os índios a trazer mantimentos gratuitamente; então, ameaça roubar-lhes a Lua, e na noite de 29 de fevereiro de 1504 começa a cumprir a ameaça, diante dos olhos assustados dos caciques. . . O sucesso é imediato.

Mas das personagens coexistem em Colombo (para nós), e quando o ofício de navegador não está mais em jogo, a estratégia finalista torna-se preponderante em seu sistema de interpretação: não se trata mais de procurar a verdade, e sim de procurar confirmações para uma verdade conhecida de antemão (ou, como se diz, tomar desejos por realidade). Por exemplo, durante toda a primeira travessia (Colombo leva mais de um mês para ir das Canárias a Guanaani, a primeira ilha do Caribe que encontra), ele procura indícios de terra. E, evidentemente, encontra tais indícios, logo, uma semana após sua partida: "Começamos a ver numerosos tufos de ervas muito verdes que pareciam, segundo o Almirante, ter-se desligado da terra há pouco tempo" (17.9.1492). "Do lado do norte apareceu uma grande obscuridade, o que significa que ela cobre a terra" (18.9.1492). "Houve algumas ondas sem vento, o que é sinal evidente de proximidade da terra" (19.9.1492). "Vieram à nau capitânea dois albatrozes, e depois outro; o que foi um sinal de estar próximo da terra" (20.9.1492). "Viram uma baleia, sinal de que estavam perto da terra, pois elas andam sempre perto da costa" (21.9.1492). Todos os dias Colombo vê "sinais", e, no entanto, sa-

bemos hoje que os sinais mentiam (ou que não havia sinais), já que a terra só foi atingida no dia 12 de outubro, ou seja, mais de vinte dias depois!

No mar, todos os sinais indicam a proximidade da terra, já que Colombo assim o deseja. Em terra, todos os sinais revelam a presença de ouro: aqui também, sua convicção já estava formada há muito tempo. "Ele diz ainda que achava que havia imensas riquezas, pedras preciosas e especiarias" (14.11.1492). "O Almirante presumia que ali havia bons rios e muito ouro" (11.1.1493). Às vezes, a afirmação desta convicção mistura-se, ingenuamente, com uma confissão de ignorância: "Creio que há muitas ervas e muitas árvores bastante apreciadas na Espanha para as tinturas, e como me-dicamentos e especiarias; mas não as conheço, o que me deixa deveras desgostoso" (19.10.1492). "Há também árvores de mil espécies, todas com frutos diferentes e todos tão perfumados que é uma maravilha, e estou profundamente desgostoso por não conhecê-las, pois estou certo de que têm todas muito valor" (21.10.1492). Durante a terceira viagem, ele mantém o mesmo esquema de pensamento: acha que as terras são ricas, pois deseja ardentemente que o sejam; sua convicção é sempre anterior à experiência. "E ele ansiava em penetrar os segredos destas terras, pois achava impossível que elas não contivessem coisas de valor" (Las Casas, *Historia*, I, 136).

Quais são os "sinais" que lhe permitem confirmar suas convicções? Qual é o procedimento de Colombo hermenêutico? Um rio lhe faz lembrar o Tejo. "Ele lembrou-se então que na embocadura do Tejo, próximo ao mar, encontrara-se ouro, e pareceu-lhe certo que devia haver dele aqui" ("Diário", 25.11.1492): não só uma vaga analogia deste gênero não prova nada, como também o próprio ponto de partida é falso: no Tejo não há ouro. Ou ainda: "O Almirante diz que onde há cera deve haver milhares de outras boas coisas" (29.11.1492): esta inferência nem se compara ao célebre "onde há fumaça há fogo"; e o mesmo serve para outra, onde a beleza da ilha leva Colombo a concluir suas riquezas.

Um de seus correspondentes, Mosén Jaume Ferrer, havia escrito em 1495: "A maioria das coisas boas vem das regiões muito quentes, cujos habitantes são negros, ou papagaios. . ." Os negros e os papagaios são portanto considerados como sinais (provas) de calor, e este último como sinal de riqueza. Deveria surpreender-nos, então, o fato de Colombo nunca deixar de registrar a abundância de papagaios, o negrume da pele e a intensidade do calor? "Os índios que subiam à nave tinham entendido que o Almirante desejava ter algum papagaio" (13.12.1492): agora sabemos por quê! Durante a terceira viagem, ele vai mais para o sul: "Aí, as gentes são extremamente negras. E quando daí naveguei em direção ao Ocidente, o

calor era extremo" ("Carta aos Reis", 31.8.1498). Mas o calor é bem-vindo: "Do calor que, diz o Almirante, eles suportaram nesse lugar, ele deduziu que, nessas Índias e por onde iam, devia haver muito ouro" ("Diário", 20.11.1492). Las Casas faz uma observação justa sobre um outro exemplo semelhante: "É uma maravilha ver como, quando um homem deseja muito algo e se agarra firmemente a isso em sua imaginação, tem a impressão, a todo momento, de que tudo aquilo que ouve e vê testemunha a favor dessa coisa" (*Historia*, I, 44).

A procura da localização da terra firme (o continente) constitui um outro exemplo espantoso deste comportamento. Desde a primeira viagem, Colombo registra em seu diário a informação pertinente: "Esta ilha Hispaniola (Haiti) e a outra ilha, Yamaye (Jamaica), estão a somente dez dias de canoa da terra firme, o que pode significar de sessenta a setenta léguas, e lá as gentes se vestem" (6.1.1493). Ele tem, porém, suas convicções, ou seja, que a ilha de Cuba é uma parte do continente (da Ásia), e decide eliminar qualquer informação que tenha a provar o contrário. Os índios encontrados por Colombo diziam que essa terra (Cuba) era uma ilha; já que a informação não lhe convinha, ele recusava a qualidade de seus informantes. "E como são homens bestiais e que pensam que o mundo inteiro é uma ilha, e que nem sabem o que é um continente, e não possuem nem cartas nem documentos antigos, e só encontram prazer em comer e estar com as mulheres, disseram que era uma ilha. . ." (Bernaldez, transcrevendo o diário da segunda viagem). É possível nos perguntarmos em que, exatamente, o amor pelas mulheres invalida a afirmação de que o país é uma ilha. De qualquer modo, no final desta segunda expedição, assistimos a uma cena célebre e grotesca, onde Colombo se recusa definitivamente a verificar pela experiência se Cuba é uma ilha, e decide aplicar o argumento de autoridade em relação a seus companheiros: todos descem à terra, e cada um pronuncia um juramento afirmando que "não tinha dúvida alguma de que fosse terra firme e não uma ilha, e que antes de muitas léguas, navegando pela dita costa, encontrariam um país de gente educada e conhecedora do mundo (. . .) Sob pena de dez mil maravedis (moeda espanhola) para quem dissesse depois o contrário do que agora dizia, e a cada vez, em qualquer tempo; sob pena também de ter a língua cortada, e, para os grumetes e gentes desta espécie, que nesse caso lhes sejam dadas com chicotadas e que se lhes corte a língua" ("Juramento sobre Cuba", junho de 1494). Estranho juramento esse, em que juram que encontram gente civilizada!

A interpretação dos sinais praticada por Colombo é determinada pelo resultado ao qual ele deve chegar. Até sua façanha, a descoberta da

América, relaciona-se ao mesmo comportamento: ele não a descobre, encontra-a onde "sabia" que estaria (onde ele pensava estar a costa ocidental da Ásia). "Ele sempre tinha achado, no fundo de seu coração", relata Las Casas, "quaisquer que fossem as razões dessa opinião (eram a leitura de Toscanelli e das profecias de Esdras), que atravessando o oceano para além da ilha de Hiervo, por uma distância de aproximadamente setecentas e cinquenta léguas, acabaria por descobrir a terra" (*Historia*, I, 139). Já percorridas setecentas léguas, ele proíbe a navegação durante a noite, temendo deixar escapar a terra, que ele *sabe* estar bem próxima. Esta convicção é bem anterior à viagem; Fernando e Isabel lembram-se disso numa carta que segue a descoberta: "O que vós nos anunciastes realizou-se como se vós o tivésseis visto antes de dizê-lo a nós" (carta de 16.8.1494). O próprio Colombo, *a posteriori*, atribui sua descoberta a este conhecimento, *a priori*, que identifica à vontade divina e às profecias (de fato bastante invocadas por ele nesse sentido): "Já disse que para a execução do empreendimento das Índias, a razão, a matemática e o mapa-múndi não me foram de nenhuma utilidade. Tratava-se apenas da realização do que Isaías havia predito" ("Prefácio" ao *Livro das Profecias*, 1501). Do mesmo modo, Colombo descobre (na terceira viagem) o continente americano propriamente dito porque procura, de maneira bem ordenada, aquilo que chamamos de América do Sul, como revelam suas anotações no livro de Pierre D'Ailly: por razões de simetria, deve haver quatro continentes no globo: dois ao norte e dois ao sul; ou, vistos no sentido contrário, dois a leste e dois a oeste. A Europa e a África ("Etiópia") formam o primeiro par norte-sul; a Ásia é o elemento norte do segundo; resta descobrir, não, achar onde está localizado, o quarto continente. Assim, a interpretação "finalista" não é obrigatoriamente menos eficaz do que a interpretação empirista: os outros navegadores não ousavam empreender a viagem de Colombo, porque não tinham a sua certeza.

Este tipo de interpretação, baseado na pré-ciência e na autoridade, nada tem de "moderno". Porém, como vimos, esta atitude é compensada por outra, que nos é bem mais familiar: é a admiração intransitiva da Natureza, tão intensa que se libera de toda interpretação e de toda função: é uma apreciação da Natureza que já não tem nenhuma utilidade. Las Casas transcreve um trecho do diário de sua terceira viagem, que mostra Colombo preferindo a beleza à utilidade: "Ele diz que mesmo se não houvesse lucros a obter, pela beleza dessas terras, (. . .) não deveríamos estimá-las menos" (*Historia*, I, 131). E a enumeração das admirações de Colombo não teria fim. "Toda esta terra é de montanhas muito altas e muito belas,

nem áridas nem rochosas, mas muito acessíveis e com vales magníficos. Como as montanhas, os vales são repletos de árvores altas e frescas, que se tem grande satisfação em avistar" ("Diário", 26.11.1492). "Aqui, os peixes são tão diferentes dos nossos, que é uma maravilha. Há alguns que são, como os galos, enfeitados das mais lindas cores do mundo: azuis, amarelos, e vermelhos, e de todas as cores. Outros são matizados de mil maneiras e suas cores são tão belas que não há quem não fique maravilhado e extasiado em vê-los. Há também baleias" (16.10.1492). "Aqui e por toda a ilha, as árvores são verdes e as ervas também, como no mês de abril, na Andaluzia. O canto dos passarinhos é tal que parecia que jamais o homem desejaria partir daqui. Os bandos de papagaios escondem o sol. Pássaros e passarinhos são de tantas espécies, e tão diferentes dos nossos, que é uma maravilha" (21.10.1492). Até o vento ali "sopra muito carinhosamente" (24.10.1492).

Para descrever sua admiração da natureza, Colombo não pode evitar os superlativos. O verde das árvores é tão intenso que deixa de ser verde e "As árvores eram ali tão vigorosas que suas folhas deixavam de ser verdes e ficavam escuras de tanto verdejar" (16.12.1492). "Veio da terra um perfume, tão bom e tão suave, das flores ou das árvores, que era a coisa mais doce do mundo" (19.10.1492). "Ele diz ainda que aquela ilha é a mais bela que os olhos jamais viram" (28.10.1492). "Ele disse que nunca tinha visto coisa mais bela do que aquele vale no meio do qual corre o rio" (15.12.1492). "É certo que a beleza destas ilhas, com seus montes e suas serras, suas águas e seus vales regados por rios caudalosos, é um espetáculo tal que nenhuma outra terra sob o sol pode parecer melhor ou mais magnífica" ("Relatório para Antonio de Torres", 30.1.1494).

Colombo tem consciência do que estes superlativos podem ter de inverossímil e, conseqüentemente, de pouco convincente; mas resolve correr o risco, já que era impossível proceder de outro modo. "Ele foi ver o porto e afirmou que entre todos os que já tinha visto nenhum se igualava àquele. E pede desculpas, dizendo que tanto elogiou os outros que já não sabe como elogiar aquele, e que teme ser acusado de tudo magnificar em demasia. Mas justifica seus elogios..." ("Diário", 21.12.1492). E jura que não está exagerando: "Ele diz tanto e tais coisas da fertilidade, da beleza e da altitude das ilhas encontradas nesse porto, que pede aos Reis que não se espantem com tantos elogios, pois lhes garante que não creí dizer destas coisas um centésimo" (14.11.1492). E deplora a pobreza de seu verbo: "Dizia aos homens que o acompanhavam que, para fazer para os Reis uma relação de tudo quanto viam, mil línguas não bastariam para expressá-lo

nem sua mão para escrevê-lo, e que lhe parecia estar encantado" (27.11.1492).

A conclusão desta admiração ininterrupta é lógica: o desejo de não deixar este ápice de beleza. "Disse que era um grande prazer ver todo aquele verdor, aquelas matas e pássaros que não podia decidir-se a deixar para retornar aos navios", lemos no dia 28 de outubro de 1492, e ele conclui, alguns dias depois: "Foi coisa tão maravilhosa ver as árvores e o frescor, a água tão cristalina, os pássaros e a suavidade dos lugares que ele diz acreditar que não quer mais partir daqui" (27.11.1492). As árvores são as verdadeiras serenas de Colombo. Diante delas, ele esquece suas interpretações e sua busca de lucro, para reter, incansavelmente, o que não serve para nada, não conduz a nada, e que, portanto, só pode ser *repetido*: a beleza. "Ele parava por mais tempo do que teria desejado, pelo desejo que tinha de ver e o deleite que experimentava em olhar a beleza e o frescor das terras, onde quer que entrasse" (27.11.1492). Talvez encontre aí um motivo que animou todos os grandes viajantes, conscientemente ou não.

A observação atenta da natureza conduz a três direções diferentes: à interpretação puramente pragmática e eficaz, quando se trata de assuntos de navegação; à interpretação finalista, onde os sinais confirmam as crenças e esperanças que se tem; e, finalmente, a esta recusa de interpretação que é a admiração intransitiva da natureza, a submissão absoluta à beleza, onde gostase de uma árvore porque é bela, porque é, e não porque poderia ser utilizada como mastro de um navio, ou porque sua presença promete riquezas. Em relação aos sinais humanos, o comportamento de Colombo será, finalmente, mais simples.

De uns a outros, há solução de continuidade. Os sinais da natureza são indícios, associações estáveis entre duas entidades, e basta que uma esteja presente para que se possa imediatamente inferir a outra. Os sinais humanos, ou seja, as palavras da língua, não são simples associações, não unem diretamente um som a uma coisa, passam por intermédio do sentido, que é uma realidade intersubjetiva. Primeiro fato que chama a atenção: Colombo, em matéria de linguagem, parece notar só os nomes próprios, que, em certos aspectos, são os que mais se assemelham aos indícios naturais. Observemos, pois, esta atenção aos nomes próprios, e, para começar, a preocupação de Colombo em relação a seu próprio nome, a ponto de, como se sabe, modificar-lhe a ortografia várias vezes no decorrer de sua vida. Cedo aqui, mais uma vez, a palavra a Las Casas, grande admirador do Almirante e fonte única de inumeráveis informações a seu respeito, que revelará o sentido destas mudanças (*Historia*, I, 2): "Mas este homem ilus-

tre, renunciando ao nome estabelecido pelo costume, quis chamar-se Colón, recuperando o vocábulo antigo, menos por esta razão (ser o nome antigo) do que, devemos acreditar, movido pela vontade divina que o havia eleito para realizar o que seu nome e sobrenome significavam. A Providência divina quer, geralmente, que as pessoas por Ela designadas para servir recebam nomes e sobrenomes adequados à tarefa que lhes é confiada, como se viu em muitos lugares na Escritura Santa; e o Filósofo diz, no capítulo IV de sua *Metafísica*: "Os nomes devem convir às qualidades e usos das coisas." Por isso ele era chamado Cristóbal, isto é, *Christum Ferens*, que quer dizer portador do Cristo, e é assim que ele assinava freqüentemente; pois em verdade foi o primeiro a abrir as portas do mar Oceano, para fazer passar nosso Salvador Jesus Cristo, até essas terras longínquas e reinos até então desconhecidos. (...) Seu sobrenome foi Colón, o que quer dizer repovoador, nome que convém àquele cujo esforço fez descobrir essas gentes, essas almas em número infinito que, graças à pregação do Evangelho, (...) foram e irão todos os dias repovoar a cidade gloriosa do Céu. Também lhe convém na medida em que foi o primeiro a fazer vir gentes da Espanha (embora não as que deveria), para fundar colônias, ou populações novas que, estabelecendo-se junto aos habitantes naturais (...), deviam constituir uma nova (...) Igreja cristã e um Estado feliz."

Colombo (4) e, depois dele, Las Casas, assim como muitos de seus contemporâneos, acreditam, portanto, que os nomes, ou, pelo menos, os de pessoas excepcionais, devem ser à imagem de seu ser. E Colombo tinha conservado nele mesmo dois traços dignos de figurar até em seu nome: o evangelizador e o colonizador; e tinha razão. A mesma atenção para com o nome, que beira o fetichismo, manifesta-se nos cuidados de que cerca sua assinatura; pois ele não assina, como qualquer um, seu nome, mas uma sigla particularmente elaborada — tão elaborada, aliás, que ainda não se pode penetrar seu segredo. E não se contenta em utilizá-la, impondo-a também a seus herdeiros. Lê-se na instituição de morgado: "Meu filho Don Diego e qualquer outra pessoa que herde este morgado, a partir do momento em que o herdar e dele tomar posse, assinará minha própria assinatura, tal como é por mim utilizada no momento, ou seja, um X com um S acima; um M com um A romano abaixo, com traços e vírgulas, tal qual traço-os agora, e que podem ser vistos em minhas assinaturas, que podem ser encontradas em grande número, e tal qual podem ser vistos pela presente" (22. 2.1498).

Até os pontos e vírgulas são estabelecidos de antemão! Esta atenção excessiva para com o próprio nome encontra um prolongamento natural

em sua atividade de nominador, durante as viagens. Como Adão no Éden, Colombo apaixonou-se pela escolha dos nomes do mundo virgem que está vendo; e, assim como para ele mesmo, os nomes devem ser motivados. A motivação é estabelecida de várias maneiras. No início, há uma espécie de diagrama: a ordem cronológica dos batismos corresponde à ordem de importância dos objetos associados aos nomes. A seqüência será: Deus, a Virgem Maria, o rei de Espanha, a rainha, a herdeira real. "À primeira que encontrei (trata-se de ilhas), dei o nome de San Salvador, em homenagem a Sua Alta Magestade, que maravilhosamente deu-me tudo isto. Os índios chamam esta ilha de Guanani. A segunda ilha dei o nome de Santa Maria de Concepción, à terceira, Fernandina, à quarta, Isabela, à quinta, Juana, e assim a cada uma delas dei um novo nome" ("Carta a Santangel", fevereiro-março de 1493).

Colombo sabe perfeitamente que as ilhas já têm nome, de uma certa forma, nomes naturais (mas em outra acepção do termo); as palavras dos outros, entretanto, não lhe interessam muito, e ele quer rebatizar os lugares em função do lugar que ocupam em sua descoberta, dar-lhes nomes *justos*; a nomeação, além disso, equivale a tomar posse. Mais tarde, os registros religioso e real já quase esgotados, recorre a uma motivação mais tradicional, por semelhança direta, que ele justifica em seguida. "Dei a esse cabo o nome de Cabo Belo, porque é realmente belo" (19.10.1492). "Chamou-as de ilhas de Areia, pelo pouco fundo que tinham por seis léguas em sua parte sul" (27.10.1492). "Vi um cabo coberto de palmeiras, e nomeou-o Cabo das Palmeiras" (30.10.1492). "Há um cabo que avança muito no mar, às vezes alto e às vezes baixo, e por isso ele nomeou-o Cabo Alto-e-Baixo" (19.12.1492). "Encontramos partículas de ouro nos aros dos barris (...). O Almirante deu ao rio o nome de Rio do Ouro" (8.1.1493). "Quando avistou a terra, foi um cabo que nomeou do Pai e do Filho, porque sua extremidade leste é dividida em duas pontas rochosas, uma maior do que a outra" (12.1.1493, I, 195). "Chamei o local de Os Jardins, porque era o nome que convinha..." ("Carta aos Reis", 31.8.1498).

As coisas devem ter os nomes que lhes convêm. Há dias em que esta obrigação deixa Colombo num estado de verdadeiro furor nominativo. Assim, a 11 de janeiro de 1493: "Navegou quatro léguas em direção ao leste, até um cabo que chamou de Gurupês. De lá, a sudeste eleva-se o monte que ele chamou de Monte da Prata, que diz estar a oito léguas. Dezoito léguas a leste, quarta sudeste do Cabo Gurupês encontra-se o cabo que ele chamou do Anjo. (...) Quatro léguas a leste, quarta sudeste do Cabo do Anjo, há uma ponta que o Almirante chamou de Ponta do Ferro.

aceitar que seja diferente, ou então reconhecer a diferença e recusar-se a admitir que seja uma língua. . . Os índios que encontra logo no início, a 12 de outubro de 1492, provocam uma reação do segundo tipo; ao vê-los, promete: "Se Deus assim o quiser, no momento da partida levarei seis deles a Vossas Altezas, para que aprendam a falar" (estes termos chocaram tanto os vários tradutores franceses de Colombo que todos corrigiram: "para que aprendam nossa língua"). Mais tarde, consegue admitir que eles têm uma língua, mas não chega a conceber a diferença, e continua a escutar palavras familiares em sua língua, e fala com eles como se devessem compreendê-lo, e censura-os pela má pronúncia de palavras ou nomes que pensa reconhecer. Com esta deformação de audição, Colombo mantém diálogos engraçados e imaginários, dos quais o mais longo refere-se ao Grande Can, meta de sua viagem. Os índios dizem a palavra *Cariba*, designando os habitantes (antropólogos) do Caribe. Colombo entende *caniba*, ou seja, gente do Can. Mas entende também que, segundo os índios, estas personagens têm cabeça de cão (do espanhol *can*), com as quais, justamente, comem-nos. E acha que os índios estão inventando histórias, censurando-os então por isso: "O Almirante achava que estavam mentindo, e acreditava que aqueles que os capturavam eram da senhoria do Grande Can" (26.11.1492).

Quando Colombo reconhece, enfim, a diferença de uma língua, gostaria que, pelo menos, fosse a de todas as outras; há, em suma, as línguas latinas de um lado, e as línguas estrangeiras do outro. As semelhanças são grandes no interior de cada grupo, a julgar pela facilidade do próprio Colombo para as primeiras, e a do especialista em línguas que traz com ele para as outras. Quando ouve falar de um grande cacique no interior das terras, que imagina ser o Can, envia, como emissário, "um certo Luis de Torres que tinha vivido com o governador de Múrcia e tinha sido judeu e sabia, dizem, o hebraico, o caldeu e um pouco de árabe" (2.11.1492). É possível que nos perguntemos em que língua teriam sido feitas as negociações entre o enviado de Colombo e o cacique índio, aliás imperador da China; mas este último não compareceu ao encontro.

O resultado desta falta de atenção para com a língua do outro é fácil de prever: de fato, em todo o decorrer da primeira viagem, antes dos índios levados à Espanha terem aprendido a "falar", é a total incompreensão; ou, como diz Las Casas, na margem do diário de Colombo: "Estavam todos no escuro, pois não compreendiam o que os índios diziam" (30.10.1492). Isto não chega a ser chocante, nem surpreendente; ao contrário, o que chocou e surpreende é o fato de Colombo agir o tempo todo como se entendesse o que lhe dizem, dando, simultaneamente, provas de sua incompreensão. A

24 de outubro de 1492, por exemplo, escreve: "Pelo que ouvi dos índios, (a ilha de Cuba) é bastante extensa, de grande comércio, e que havia nela ouro e especiarias e grandes naus e mercadores." Mas, duas linhas abaixo, no mesmo dia, escreve: "não compreendo a linguagem deles". Portanto, o que ele "entende" e "escuta", é simplesmente um resumo dos livros de Marco Polo e Pierre d'Ailly. "Ele entendeu que vinham até ali navios de grande tonelagem, pertencentes ao Grande Can, e que a terra firme estava a dez dias de navegação" (28.10.1492), "Repito, pois, o que disse repetidas vezes: Caniba não é nada senão o povo do Grande Can, que deve ser vizinho deste." E continua com este comentário saboroso: "A cada dia que passa, diz o Almirante, compreendemos melhor estes índios, e com eles acontece o mesmo, embora várias vezes tenham tomado uma coisa por outra" (11.12.1492). Dispomos de outro relato que ilustra a maneira pela qual seus homens faziam-se compreender pelos índios: "Os Cristãos, achando que se saíssem de suas chalupas em grupos de dois ou três no máximo, os índios não teriam medo, avançaram em direção a eles de três em três, dizendo que não os temessem em sua língua, que conheciam um pouco pela conversa daqueles que traziam. No fim, todos os índios se puseram a fugir, de modo que não restou nem grande nem pequeno" (27.11.1492).

Colombo nem sempre é enganado por suas ilusões, e admite que não há comunicação (o que torna ainda mais problemáticas as "informações" que pensa obter em suas conversas): "Não conheço a língua das gentes daqui, eles não me compreendem e nem eu nem nenhum de meus homens os entendemos" (27.11.1492). E diz ainda que só compreendia a língua dos indígenas "por conjecturas" (15.1.1493); sabemos, no entanto, o quanto esse método é pouco seguro. . . .

A comunicação não verbal não é nada melhor que a troca de palavras. Colombo prepara-se para desembarcar com seus homens. "Um dos índios (que estão diante dele) veio, pelo rio, até a popa da barca e iniciou um longo discurso, que o Almirante não compreendeu (o que em nada surpreende). Mas notou que os outros índios, de tempos em tempos, levantavam as mãos ao céu e davam um grito. O Almirante achava que eles lhe diziam que sua vinda lhes agradava (exemplo típico de *wishful thinking*), mas viu que o índio que trazia consigo (este sim, compreende a língua) mudava de cor, ficando amarelo como a cera, e tremia muito, dizendo por sinais que era preciso que o Almirante saísse do rio, porque queriam matá-los" (3.12.1492). Resta saber se Colombo entendeu bem o que o segundo índio lhe dizia "por sinais". Eis um exemplo de emissão simbólica mais ou menos tão bem-sucedida quanto a primeira: "Eu desejava muito falar com

eles, e já não tinha nada que lhes pudesse ser mostrado para que viessem, exceto um tamborim que mandei trazer ao castelo de popa, para ser tocado e fazer dançar alguns jovens, pensando que eles viriam ver a festa. Mas assim que viram o tamborim ser tocado e a dança, todos abandonaram os remos, tomaram seus arcos, estenderam-nos, cada um cobrindo-se com o escudo, e começaram a atirar flechas sobre nós" ("Carta aos Reis", 31.8. 1498).

Estes fracassos não se devem unicamente à ignorância da língua e costumes dos índios (embora Colombo pudesse ter tentado vencê-la): os intercâmbios com os europeus também não são bem-sucedidos. Assim, voltando da primeira viagem, nos Açores, Colombo comete um erro após outro em sua comunicação com um capitão português que lhe era hostil. Crédulo demais no início, vê seus homens detidos, quando esperava a melhor das recepções; dissimulador grosseiro em seguida, não consegue atrair o capitão a seu navio, para prendê-lo. Sua percepção dos homens à sua volta não é muito clarividente: aqueles em quem deposita toda confiança (como Roldán, ou Hojeda), voltam-se em seguida contra ele, ao passo que ele negligencia pessoas que lhe são realmente dedicadas, como Diego Mendez.

Colombo não é bem-sucedido na comunicação humana porque não está interessado nela. Lê-se em seu diário, a 6 de dezembro de 1492, que os índios que havia trazido a bordo de seu barco tentam escapar e inquietam-se ao ver-se longe de sua ilha. "Aliás ele os compreendia tão mal quanto eles a ele, e tinham o maior temor do mundo das gentes desta ilha. Assim, para conseguir falar com os habitantes desta ilha, teria sido necessário permanecer alguns dias neste porto. Mas ele não o fazia, para ver mais terras e duvidando que o bom tempo durasse." Tudo está aí, no encadramento de algumas frases: a pouca percepção que Colombo tem dos índios, mistura de autoritarismo e condescendência; a incompreensão de sua língua e de seus sinais; a facilidade com que aliena a vontade do outro visando um melhor conhecimento das ilhas descobertas; a preferência pela terra, e não pelos homens. Na hermenêutica de Colombo, estes não têm lugar reservado.

Colombo e os índios

Colombo fala dos homens que vê unicamente porque estes, afinal, também fazem parte da paisagem. Suas menções aos habitantes das ilhas aparecem sempre no meio de anotações sobre a Natureza, em algum lugar entre os pássaros e as árvores. "No interior das terras, há muitas minas de metais e inúmeros habitantes" ("Carta a Santangel", fevereiro-março de 1493). "Até então, ia cada vez melhor, naquilo que tinha descoberto, pelas terras como pelas florestas, plantas, frutos, flores e gentes" ("Diário", 25.11. 1492). "As raízes ali eram tão grossas quanto as pernas, e todos, diz, eram fortes e valentes" (16.12.1492): vemos claramente como são introduzidas as pessoas, em função de uma comparação necessária à descrição das raízes. "Notaram que as mulheres casadas usavam panos de algodão, mas não as meninas, algumas já com dezoito anos. Havia ainda cães mastins e perdigueiros. Encontraram também um homem que tinha no nariz uma pepita de ouro do tamanho de um meio castelhamo..." (17.10.1492): esta referência aos cães entre observações sobre as mulheres e os homens indica bem o registro em que estavam inseridos.

A primeira referência aos índios é significativa: "Então viram gentes nuas..." (11.10.1492). É bastante revelador que a primeira característica desta gente que chama a atenção de Colombo seja a falta de vestimentas

— que, por sua vez, são símbolos de cultura (daí o interesse de Colombo pelas pessoas vestidas, que poderiam aproximar-se mais do que se sabe do Grande Can; e fica um pouco decepcionado por encontrar apenas selvagens). A mesma constatação reaparece: “Vão completamente nus, homens e mulheres, como suas mães os pariram” (6.11.1492). “Este rei e todo os seus andavam nus como tinham nascido, assim como suas mulheres, sem nenhum embaraço” (16.12.1492): as mulheres, pelo menos, poderiam ser mais cuidadosas. Suas observações limitam-se, frequentemente, ao aspecto físico das pessoas: sua estatura, cor da pele (mais apreciada na medida em que é mais clara, ou seja, mais parecida). “Todos são como os canarinos, nem negros nem brancos” (11.10.1492). “São mais claros que os de outras ilhas. Entre outros, tinham visto jovens tão brancas quanto é possível ser na Espanha” (13.12.1492). “Há belíssimos corpos de mulheres” (21.12.1492). E conclui, com surpresa, que apesar de nus, os índios parecem mais próximos dos homens do que dos animais. “Todas as gentes das ilhas e lá da terra firme, embora tenham aparência animalésca e andem nus (..) parecem ser bastante razoáveis e de inteligência aguçada” (Bernaldez).

Fisicamente nus, os índios também são, na opinião de Colombo, desprovidos de qualquer propriedade cultural: caracterizam-se, de certo modo, pela ausência de costumes, ritos e religião (o que tem uma certa lógica, já que, para um homem como Colombo, os seres humanos passam a vestir-se após a expulsão do paraíso, e esta situa-se na origem de sua identidade cultural). Além disso, Colombo tem, como vimos, o hábito de ver as coisas segundo sua conveniência, mas é significativo que ele seja assim levado à imagem da nudez espiritual. “Pareceu-me que eram gente muito desprovida de tudo”, escreve no primeiro encontro, e ainda: “Pareceu-me que não pertenciam a nenhuma seita” (11.10.1492). “Estas gentes são muito pacíficas e medrosas, nuas, como já disse, sem armas e sem leis” (4.11.1492). “Não são de nenhuma seita, nem idólatras” (27.11.1492). Já desprovidos de língua, os índios se vêem sem lei ou religião; e, se possuem cultura material, esta não atrai a atenção de Colombo, não mais do que, anteriormente, sua cultura espiritual: “Traziam pelotas de algodão fiado, papagaios, lanças, e outras coisas que seria tedioso enumerar” (13.10.1492): o importante, claro, é a presença dos papagaios. Sua atitude em relação a esta outra cultura é, na melhor das hipóteses, a de um colecionador de curiosidades, e nunca vem acompanhada de uma tentativa de compreender: observando, pela primeira vez, construções em alvenaria (durante a quarta viagem, na costa de Honduras), contenta-se em ordenar que se quebre delas um pedaço, para guardar como lembrança.

É de se esperar que todos os índios, culturalmente virgens, página em branco à espera da inscrição espanhola e cristã, sejam parecidos entre si. “Todos pareciam-se com aqueles de que já falei, mesma condição, também nus, e da mesma estatura” (17.10.1492). “Vieram muitos deles, semelhantes aos das outras ilhas, igualmente nus e pintados” (22.10.1492). “Estes têm a mesma natureza, e os mesmos hábitos que os que até agora encontramos” (1.11.1492). “São, diz o Almirante, gente semelhante aos índios de que já falei, de mesma fé” (3.12.1492). Os índios se parecem por estarem nus, privados de características distintas.

Dado este desconhecimento da cultura dos índios e sua assimilação à natureza, não se pode esperar encontrar nos escritos de Colombo descrições detalhadas da população. A imagem que Colombo nos dá dos índios obedece, no início, às mesmas regras que a descrição da natureza: decidido a tudo admirar, começa, então, pela beleza física dos índios. “Eram todos muito bem feitos, belíssimos de corpo e muito harmoniosos de rosto” (11.10.1492). “E todos de boa estatura, gente muito bonita” (13.10.1492). “Eram aqueles os mais belos homens e as mais belas mulheres que tinham encontrado até então” (16.12.1492).

Um autor como Pierre Martyr, que reflete exatamente as impressões (ou os fantasmas) de Colombo e de seus primeiros companheiros, pinta cenas idílicas. Eis que as índias vêm saudar Colombo: “Todas eram belas. Era como se vissemos aquelas esplêndidas naiades ou ninfas das fontes, tão decantadas pela Antiguidade. Tendo nas mãos feixes de palmas que seguravam ao executar suas danças, que acompanhavam de cantos, dobraram os joelhos, e os apresentaram ao adelantado” (1, 5; cf. fig. 3).

Esta admiração, decidida de antemão, estende-se também à moral. Colombo declara de cara que são gente boa, sem se preocupar em fundamentar sua afirmação. “São as melhores gentes do mundo, e as mais pacíficas” (16.12.1492). “O Almirante diz que não creê que um homem jamais tenha visto gente de coração tão bom” (21.12.1492). “Não creio que haja no mundo homens melhores, assim como não há terras melhores” (25.12.1492): a fácil ligação entre homens e terras indica bem o espírito com que escreve Colombo, e a pouca confiança que podemos depositar nas qualidades descritivas de suas observações. Além disso, no momento em que conhecer melhor os índios, cairá no outro extremo, o que não tornará sua informação mais digna de fé: vê-se, naufrago na Jamaica, “cercado por um milhão de selvagens cheios de crueldade, e que nos são hostis” (“Carta Raríssima”, 7.7.1503). Sem dúvida, o que mais chama a atenção aqui, é o fato de Colombo só encontrar, para caracterizar os índios, adjetivos do

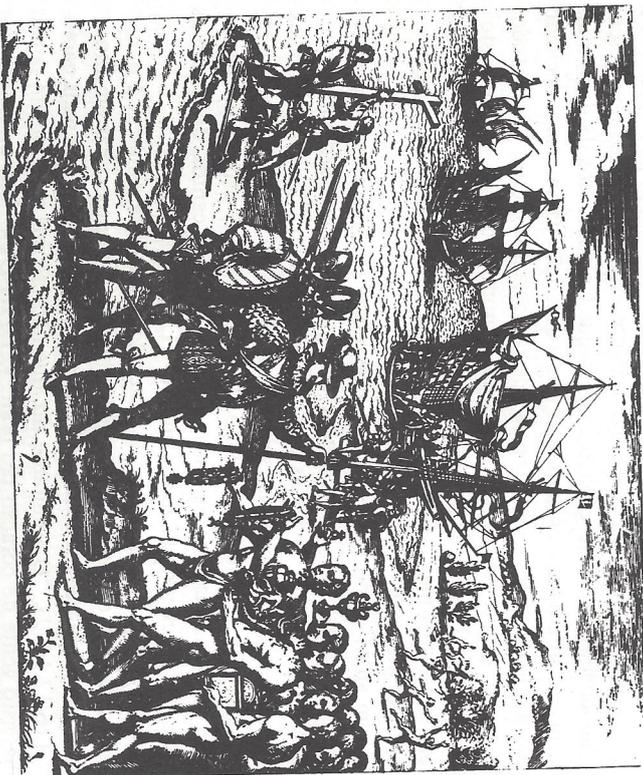


Fig. 3 Colombo desembarca no Haiti

tipo bom/mau, que na verdade não dizem nada: além de dependerem do ponto de vista de cada um, são qualidades que correspondem a extremos, e não a características estáveis, porque relacionadas à apreciação pragmática de uma situação, e não ao desejo de conhecer.

Dois traços dos índios parecem, à primeira vista, menos previsíveis do que os outros: são a "generosidade" e a "covardia". Ao ler as descrições de Colombo percebemos que estas afirmações informam mais sobre o próprio do que sobre os índios. Na falta das palavras, índios e espanhóis trocam, desde o primeiro encontro, pequenos objetos; e Colombo não se cansa de elogiar a generosidade dos índios que dão tudo por nada. Uma generosidade que, às vezes, parece-lhe beirar a burrice: por que apreciam igualmente um pedaço de vidro e uma moeda? Uma moeda pequena e uma de ouro? "Dei", escreve, "muitas outras coisas de pouco valor que lhes causaram grande prazer" ("Diário", 11.10.1492). "Tudo o que têm, dão em troca de qualquer bagatela que se lhes ofereça, tanto que aceitam na troca até mesmo pedaços de tigela e taças de vidro quebradas" (13.10.1492). "Alguns tinham pedaços de ouro no nariz, que de bom grado trocavam por (...) [coisas] que valem tão pouco que não valem nada" (22.11.1492). "Seja coisa de valor ou coisa de baixo preço, qualquer que seja o objeto que se lhes dá em troca e qualquer que seja seu valor, ficam satisfeitos" ("Carta a Santangel", fevereiro-março de 1493). Colombo não compreende que os valores são convenções — a mesma incompreensão que mostrou em relação às línguas, como vimos — e que o ouro não é mais precioso do que o vidro "em si", mas somente no sistema europeu de troca. E, quando conclui a descrição das trocas dizendo: "Até pedaços de barris quebrados aceitavam, dando tudo o que tinham, como bestas idiotas!" ("Carta a Santangel", fevereiro-março de 1493), temos a impressão de que é ele o idiota: um sistema de troca diferente significa, para ele, a ausência de sistema, e daí conclui pelo caráter bestial dos índios.

O sentimento de superioridade gera um comportamento protetorista: Colombo nos diz que proíbe seus marinheiros de efetuarem trocas, segundo ele, escandalosas. No entanto, vemos o próprio Colombo oferecer presentes estranhos, que hoje associamos aos "selvagens" (mas foi Colombo o primeiro a ensiná-los a apreciar e exigir tais presentes). "Mandei procurá-lo, dei-lhe um gorro vermelho, algumas miçangas de vidro verde, que pus em seu braço, e um par de guizos que prendi a suas orelhas" ("Diário", 15.10.1492). "Dei-lhe um bellissimo colar de âmbar que trazia no pescoço, um par de calçados vermelhos e um frasco de água de flor de laranja. Alegrou-se muito com isso" (18.12.1492). "O senhor já trazia camisa e

luvas que o Almirante lhe tinha dado" (26.12.1492). Compreende-se que Colombo fique chocado com a nudez do outro, mas luvas, um gorro vermelho e sapatos seriam, nessas circunstâncias, presentes mais úteis do que taças de vidro quebradas? Em todo caso, os chefes índios poderão vir visitá-los vestidos... Veremos que depois os índios descobrirão outros usos para os presentes espanhóis, embora sua utilidade continue não sendo demonstrada. "Como não tinham vestimentas, os indígenas se perguntaram de que poderiam servir agulhas, e os espanhóis satisfizeram sua engenhosa curiosidade, mostrando-lhes por gestos que as agulhas servem para arrancar os espinhos que freqüentemente lhes penetram a pele, ou para limpar os dentes; e assim começaram a fazer delas muito caso" (Pierre Martyr, I, 8).

É com base nessas observações e trocas que Colombo declara que os índios são as pessoas mais generosas do mundo, dando assim uma contradição importante ao mito do *bon sauvage*. "Não cobriam os bens de outrem" (26.12.1492). "São a tal ponto desprovidos de artifício e tão generosos com o que possuem, que ninguém acreditaria a menos que o tivesse visto" ("Carta a Santangel", fevereiro-março de 1493). "E que não se diga, diz o Almirante, que dão generosamente porque o que davam pouco valia, pois os que davam uma pepita de ouro e os que davam a cabaga de água agiam do mesmo modo, e com a mesma liberalidade. É fácil saber, diz o Almirante, quando se dá uma coisa de coração" ("Diário", 21.12.1492).

A coisa é, na verdade, menos simples do que parece. Colombo presente isso quando, em sua carta a Santangel, recapitula sua experiência: "Não pude saber se possuem bens privados, mas tive a impressão de que todos tinham direitos sobre o que cada um possuía, especialmente no que se refere aos víveres" (fevereiro-março de 1493). Será que uma outra relação com a propriedade privada explicaria estes comportamentos "generosos"? Fernando, o filho, diz algo nesse sentido quando relata um episódio da segunda viagem: "Alguns índios que o Almirante tinha trazido de Isabel entraram nas cabanas (que pertenciam aos índios locais) e serviram-se de tudo o que era de seu agrado; os proprietários não deram o menor sinal de aborrecimento, como se tudo o que possuísem fosse propriedade comum. Os indígenas, achando que tínhamos o mesmo costume, no início pegaram dos cristãos tudo o que era de seu agrado; mas notaram seu erro rapidamente" (51). Colombo, nesse momento, esquece sua própria impressão, e declara logo depois que os índios, longe de serem generosos, são todos ladrões (inversão paralela àquela que os tinha transformado de melhores homens do mundo em selvagens violentos). Imediatamente, impõe-

lhes castigos cruéis, os mesmos que se costumava então aplicar na Espanha: "Como na viagem que fiz a Cibao, ocorreu que algum índio roubou, se fosse descoberto que alguns deles roubam, castigai-os cortando-lhes o nariz e as orelhas, pois são partes do corpo que não se pode esconder" ("Instruções a Mosen Pedro Margarite", 9.4.1494).

O discurso sobre a "covardia" encaminha-se do mesmo modo. No início, é a condescendência risonha: "Não têm armas e são tão medrosos que um dos nossos bastaria para fazer fugir cem deles, mesmo brincando" ("Diário", 12.11.1492). "O Almirante garante aos Reis que com dez homens faríamos fugir dez mil deles, a tal ponto são covardes e medrosos" (3.12.1492). "Não possuem nem ferro, nem aço, nem armas, e não são feitos para isso; não porque não sejam saudáveis, e de boa estatura, mas porque são prodigiosamente medrosos" ("Carta a Santangel", fevereiro-março de 1493). A caça aos índios pelos cães, outra "descoberta" de Colombo, baseia-se numa observação semelhante: "Pois, contra os índios, um cão equivale a dez homens" (Bernaldez). Por isso, Colombo deixa tranquilamente parte de seus homens em Hispaniola, no final da primeira viagem. Ao voltar, um ano depois, é forçado a admitir que foram todos mortos por aqueles índios medrosos e ignorantes das armas. Teriam eles se organizado em bandos de mil para acabar com cada um dos espanhóis? Então, cai no outro extremo, deduzindo, de algum modo, a coragem a partir da covardia. "Não há gente pior do que os covardes que nunca arriscam suas vidas no confronto direto, e sabereis que se os índios encontrarem um ou dois homens isolados, não é de espantar que os matem" ("Instruções a Mosen Pedro Margarite", 9.4.1494); o rei deles, Caonabo, é "homem tão mau quanto audacioso" ("Relatório para Antonio de Torres", 30.1.1494). Ao que tudo indica, Colombo não compreende os índios melhor agora: na verdade, nunca sai de si mesmo.

É verdade que, num certo momento de sua carreira, Colombo faz um esforço suplementar. Acontece durante a segunda viagem, quando pede ao Frei Ramón Pane que descreva detalhadamente os costumes e crenças dos índios; e ele mesmo deixa, em prefácio a esta descrição, uma página de observações "etnográficas". Começa por uma declaração de princípio: "Não encontrei entre eles nenhuma idolatria e nenhuma outra religião", tese que mantém, apesar dos exemplos que ele mesmo dá em seguida. Descreve várias práticas "idólatras", dizendo, no entanto: "Nenhum de nossos homens pôde compreender as palavras que pronunciavam." Sua atenção volta-se, então, para uma fraude: um ídolo falante era na verdade um objeto oco, ligado por um tubo a outro cômodo da casa, onde ficava o assis-

tente do mágico. O pequeno tratado de Ramón Pane (preservado na biografia de Francisco Colombo, capítulo 62) é bem mais interessante, apesar do autor, que não se cansa de repetir: "Como os índios não possuem nenhum alfabeto ou escrita, não dizem bem seus mitos, e me é impossível transcrevê-los corretamente; temo colocar o início no fim, e vice-versa" (6). "Como escrevi às pressas e não tinha papel suficiente, não pude colocar cada coisa em seu devido lugar" (8). "Não consegui saber mais nada acerca disso, e o que escrevi têm pouco valor" (11).

Será que podemos adivinhar, através das anotações de Colombo, como os índios percebem os espanhóis? Difícilmente. Aqui também, toda a informação é viciada, porque Colombo decidiu tudo de antemão: e já que o tom, durante a primeira viagem, é de admiração, os índios também devem ser admirativos. "Disseram-se muitas outras coisas que não pude compreender, mas pude ver que estava maravilhado com tudo" ("Diário", 18.12.1492): apesar de não entender o que dizem, Colombo sabe que o "rei" indígena está em êxtase diante dele. É possível, como diz Colombo, que os índios tenham considerado a possibilidade de os espanhóis serem seres de origem divina; o que daria uma boa explicação para o medo inicial, e seu desaparecimento diante do comportamento indubitavelmente humano dos espanhóis. "São crédulos, sabem que há um Deus no céu, e estão convencidos de que viemos de lá" (12.11.1492). "Achavam que todos os cristãos vinham do céu, e que o reino dos Reis de Castela ali se encontrava, e não neste mundo" (16.12.1492). "Ainda agora, depois de tanto tempo comigo, e apesar de numerosas conversas, continuam convencidos de que venho do céu" ("Carta a Santangel", fevereiro-março de 1493). Voltaremos a esta crença quando for possível examiná-la mais a fundo: observemos, entretanto, que, para os índios do Caribe, o oceano podia parecer tão abstrato quanto o espaço que separa o céu e a terra.

O lado humano dos espanhóis é a sede que têm de bens terrestres: o ouro, como vimos, desde o início, e, em seguida, as mulheres. Nas palavras de um índio, relatadas por Colombo: "Um dos índios que vinham com o Almirante falou com o rei, dizendo-lhe que os cristãos vinham do céu e andavam à procura de ouro" ("Diário", 16.12.1492). Esta frase é verdadeira em mais de um sentido. Pode-se dizer, simplificando até a caricatura, que os conquistadores espanhóis pertencem, historicamente, à época de transição entre uma Idade Média dominada pela religião e a época moderna, que coloca os bens materiais no topo de sua escala de valores. Também na prática, a conquista terá estes dois aspectos essenciais: os cristãos vêm ao Novo Mundo imbuídos de religião, e levam, em troca, ouro e riquezas.

A atitude de Colombo para com os índios decorre da percepção que tem deles. Podemos distinguir nesta última duas componentes, que continuarão presentes até o século seguinte e, praticamente, até nossos dias, em todo o colonizador diante do colonizado. Estas duas atitudes já tinham sido observadas na relação de Colombo com a língua do outro. Ou ele pensa que os índios (apesar de não utilizar estes termos) são seres completamente humanos, com os mesmos direitos que ele, e aí considera-os não somente iguais, mas idênticos, e este comportamento desemboca no assimilacionismo, na projeção de seus próprios valores sobre os outros. Ou então parte da diferença, que é imediatamente traduzida em termos de superioridade e inferioridade (no caso, obviamente, são os índios os inferiores): recusa a existência de uma substância humana realmente outra, que possa não ser meramente um estado imperfeito de si mesmo. Estas duas figuras básicas da experiência da alteridade baseiam-se no egocentrismo, na identificação de seus próprios valores com os valores em geral, de seu *eu* com o universo; na convicção de que o mundo é um.

Por um lado, Colombo quer que os índios sejam como ele, e como os espanhóis, é assimilacionista de modo inconsciente e ingênuo. Sua simpatia pelos índios traduz-se, "naturalmente", no desejo de vê-los adotar seus próprios costumes. Decide levar alguns índios para a Espanha, para que "ao retornarem sejam intérpretes dos cristãos, e adotem nossos costumes e nossa fé" (12.11.1492). E ainda "devemos fazer com que construam cidades, ensiná-los a andarem vestidos e adotar nossos costumes" (16.12.1492). "Vossas Altezas devem ficar satisfeitas, pois em breve terão feito deles cristãos e lhes terão instruído nos bons costumes de seu reino" (24.12.1492). O desejo de fazer com que os índios adotem os costumes dos espanhóis nunca vem acompanhado de justificativas; afinal, é algo lógico.

Na maior parte do tempo, este projeto de assimilação confunde-se com o desejo de cristianizar os índios, espalhar o Evangelho. Sabemos que esta intenção fundamenta o projeto inicial de Colombo, apesar da idéia ser um pouco abstrata no início (nenhum padre acompanha a primeira expedição). A intenção começa a concretizar-se assim que ele vê os índios. Logo depois de tomar posse das novas terras, através de ato notarial devidamente lavrado, declara: "Entendi que eram gente que se entregaria e se converteria com muito mais facilidade à nossa Santa Fé pelo amor do que pela força..." (11.10.1492). O "entendimento" de Colombo é, evidentemente, uma decisão tomada de antemão; e refere-se aqui aos meios que devem ser utilizados, e não ao fim que deve ser atingido. Este último nem precisa ser afirmado, já que é óbvio. Colombo volta constantemente à idéia de que a

conversão é o principal objetivo da expedição, e reafirma a esperança de que os reis de Espanha aceitem os índios como vassallos, sem nenhuma discriminação. “E digo que Vossas Altezas não devem permitir que nenhum estrangeiro tenha qualquer relação com esse país e não ponha nele os pés se não for católico cristão, pois a expansão e glória da religião cristã são finalidade e princípio desta empresa, e que não admitam nessas regiões ninguém que não seja bom cristão” (27.11.1492). Este tipo de comportamento implica entre outras coisas, o respeito pela vontade individual dos índios, já que são equiparados aos cristãos. “Como já considerava aquela gente como vassallos dos Reis de Castela, e não via razão em ofendê-los, concordou em deixá-lo [um índio idoso]” (18.12.1492).

Esta visão de Colombo é facilitada pela capacidade que tem em ver as coisas como lhe convêm. Neste caso, particularmente, os índios já são, a seu ver, dotados de qualidades cristãs, e já desejam a conversão. Vimos que, segundo ele, os índios não pertenciam a nenhuma “seita”, eram virgens em matéria de religião e, na verdade, já tinham uma predisposição ao cristianismo. E as virtudes que imagina encontrar neles são virtudes cristãs: “Estas gentes não são de nenhuma seita, nem idólatras, e sim muito mansos e ignorantes do que é o mal, não sabem matar-se uns aos outros (. . .) Estão sempre dispostos a recitar qualquer oração que lhes ensinarmos, e fazem o sinal da cruz. E Vossas Altezas devem decidir-se a fazer deles cristãos” (12.11.1492). “Amam o próximo como a si mesmos”, escreve na noite de Natal (25.12.1492). É evidente que esta imagem só pode ser obtida através da supressão de todos os traços dos índios que poderiam contradizê-la — supressão no discurso sobre eles e também, se for o caso, na realidade. Durante a segunda expedição, os religiosos que acompanham Colombo começam a converter os índios; mas falta muito para que todos se curvem e se ponham a venerar as imagens santas. “Depois de terem deixado a capela, esses homens jogaram as imagens ao solo, cobriram-nas com um punhado de terra e urinaram sobre elas”, vendo isto, Bartolomeu, irmão de Colombo, decide puni-los de modo bem cristão: “Como lugar-tenente do vice-rei e governador das ilhas, levou aqueles homens maus à justiça, e, uma vez definido o crime, fez com que fossem queimados em público” (Ramon Pane *in* F. Colombo, 62, 26).

Seja como for, sabemos atualmente que a expansão espiritual está indissolvemente ligada à conquista material (é necessário dinheiro para fazer cruzadas); e surge aí a primeira falha num programa que implicava a igualdade dos parceiros: a conquista material (e tudo o que ela implica) será ao mesmo tempo resultado e condição da expansão espiritual. Colom-

bo escreve: “Creio que se começarmos, em breve Vossas Altezas conseguirão converter à nossa Santa Fé uma multidão de povos, ganhando grandes territórios e riquezas, assim como todos os povos da Espanha, pois há sem dúvida nestas terras grandes quantidades de ouro” (12.11.1492). Esta conexão torna-se quase automática para ele: “Vossas Altezas têm aqui um outro mundo onde pode expandir-se muito nossa Santa Fé e de onde se pode tirar muito proveito” (“Carta aos Reis”, 31.8.1498). O proveito tirado pela Espanha é incontável: “Pela vontade divina, pus deste modo um outro mundo sob a autoridade do Rei e da Rainha, nossos senhores, e assim a Espanha, que diziam ser tão pobre, tornou-se o mais rico dos reinos” (“Carta à Ama-de-leite”, novembro de 1500).

Colombo age como se entre as duas ações se estabelecesse um certo equilíbrio: os espanhóis dão a religião e tomam o ouro. Porém, além da troca ser bastante assimétrica, e não necessariamente interessante para a outra parte, as implicações desses dois atos se opõem. Propagar a religião significa que os índios são considerados como iguais (diante de Deus). Mas se eles não quiserem entregar suas riquezas? Então será preciso subjugá-los, militar e politicamente, para poder tomá-las à força; em outras palavras, colocá-los, agora do ponto de vista humano, numa posição de desigualdade (de inferioridade). E Colombo não hesita nem um pouco em falar da necessidade de subjugá-los, sem perceber a contradição existente entre o que cada uma de suas ações implica, ou, pelo menos, a descontinuidade que estabelece entre divino e humano. Por essa razão notou que eram medrosos e desconheciam o uso das armas. “Com cinquenta homens Vossas Altezas poderiam dominar todos eles e fariam deles o que quisessem” (“Diário”, 14.10.1492): ainda é o cristão que fala? Ainda se trata de igualdade? Partindo pela terceira vez para a América, pede permissão para levar com ele voluntários criminosos, que seriam por isso perdoados: ainda é o projeto evangelizador?

“Minha vontade, escreve Colombo na primeira viagem, era não passar por nenhuma ilha sem dela tomar posse” (15.10.1492); na época, chega a oferecer uma ilha aqui e outra ali a algum de seus companheiros. No início, os índios não deviam entender muito dos ritos que Colombo executava em companhia de seus notários. Quando as coisas começaram a se esclarecer, não ficam exatamente entusiasmados. “Fundei ali um povoado e dei vários presentes ao *quibian* — assim chamam o senhor da terra — [lvas? gorro vermelho? Colombo não informal, mas bem sabia que a córdia não duraria. São realmente gente muito rústica [traduzindo: que não desejam se submeter aos espanhóis], e meus homens são bastante im-

portunos; enfim eu tomava posse de terras pertencentes a esse *quibian* [segunda etapa da troca: dão-se luvas, tomam-se terras]. Ao ver as casas feitas e o ardor de nosso tráfico, ele resolveu queimar tudo e matar-nos” (“Carta Raríssima”, 7.7.1503). A continuação desta história é ainda mais sinistra. Os espanhóis conseguem prender a família do *quibian* e querem usá-los como reféns; alguns dos índios, no entanto, conseguem escapar. “Os prisioneiros restantes foram tomados de desespero, pois não tinham escapado com seus companheiros, e no dia seguinte descobriu-se que tinham-se enforcado aos barrotes da ponte, com as cordas que puderam encontrar, dobrando os joelhos por não haver espaço suficiente para se enforcarem como se deve.” Fernando, o filho de Colombo, que relata este episódio, presenciou-o; tinha apenas quatorze anos, e pode-se pensar que a reação de seu pai foi igual à sua: “Para nós, que estávamos a bordo, a morte deles não era uma grande perda, mas agravou bastante a situação dos homens em terra; o *quibian* teria ficado feliz em fazer a paz em troca de seus filhos, mas agora, que já não tínhamos reféns, havia razões para temer que fizesse guerra ainda mais cruel contra nossa vida” (99).

Eis que a guerra substitui a paz, mas pode-se pensar que Colombo nunca tenha posto completamente de lado este meio de expansão, já que desde a primeira viagem acaricia um projeto particular. “Parti essa manhã”, nota já a 14 de outubro de 1492, “para procurar um local onde pudesse ser construída uma fortaleza”. “Porque aqui há um cabo rochoso bastante elevado, poderíamos construir uma fortaleza” (5.11.1492). Sabemos que realizará este sonho após o naufrágio de sua nau, e aí deixará seus homens. Mas a fortaleza, mesmo que revele não ser particularmente eficaz, não seria um passo em direção à guerra, logo à submissão e à desigualdade?

Assim, gradativamente, Colombo passará do assimilação, que implica uma igualdade de princípio, à ideologia escravagista e, portanto, à afirmação da inferioridade dos índios. Isto já podia ser notado em alguns julgamentos sumários que surgem desde os primeiros contatos. “Devem ser bons servidores e industriosos” (11.10.1492). “Servem para obedecer” (16.12.1492). Para manter sua coerência, Colombo estabelece distinções sutis entre índios inocentes, cristãos em potencial, e índios idólatras, praticantes do canibalismo; ou índios pacíficos (que se submetem ao poder dele) e índios belicosos, que merecem por isso ser punidos; mas o importante é que aqueles que ainda não são cristãos só podem ser escravos: não há uma terceira possibilidade. Imagina então que os navios que transportam rebanhos de animais de carga no sentido Europa-América sejam carregados de escravos no caminho de volta, para evitar que retornem vazios e

enquanto não se acha ouro em quantidade suficiente, e a equivalência implicitamente estabelecida entre animais e homens não é, sem dúvida, gratuita. “Os transportadores poderiam ser pagos em escravos canibais, gente feroz mas saudável e de ótimo entendimento, os quais, arrancados de sua desumanidade serão, cremos, os melhores escravos que há” (“Relatório para Antonio de Torres”, 30.1.1494).

Os Reis da Espanha não aceitam esta sugestão de Colombo: preferem ter vassallos em vez de escravos; súditos que possam pagar impostos, em vez de seres que pertençam a alguém; mas Colombo não renuncia a seu projeto, e ainda escreve, em setembro de 1498: “Daqui poderíamos enviar, em nome da Santíssima Trindade, tantos escravos quantos se possam vender, e também Brasil [madeira]. Se as informações de que disponho são boas, dizem que poderiam ser vendidos quatro mil escravos, que poderiam valer vinte milões ou mais” (“Carta aos Reis”, setembro de 1498). Os deslocamentos podem apresentar alguns problemas no início, mas estes serão rapidamente resolvidos. “É verdade que muitos deles morrem no momento, mas não será sempre assim. Os negros e os canários tinham começado da mesma maneira” (*ibid.*). Dirige seu governo da ilha de Hispaniola nesse sentido, e uma outra carta, endereçada aos reis, de outubro de 1498, é resultada por Las Casas assim: “De tudo o que diz, deduz-se que o lucro que pretendia dar aos espanhóis que ali se encontravam consistia em lhes dar escravos para serem vendidos em Castela” (*Historia*, I, 155). No espírito de Colombo, a propagação da fé e a escravização estão intimamente ligadas.

Michele de Cuneo, membro da segunda expedição, deixou um dos raros relatos que descrevem detalhadamente como se dava o tráfico de escravos no início; relato que não permite ilusões quanto à percepção que se tem dos índios. “Quando nossas caravelas (...) tiveram de partir para a Espanha, reunimos em nosso acampamento mil e seiscentas pessoas, machos e fêmeas desses índios, dos quais embarcamos em nossas caravelas, a 17 de fevereiro de 1495, quinhentas e cinqüenta almas entre os melhores machos e fêmeas. Quanto aos que restaram, foi anunciado nos arredores que quem quisesse poderia pegar tantos deles quantos desejasse; o que foi feito. E, quando todos estavam servidos, sobravam ainda quatrocentos, aproximadamente, a quem demos permissão para ir aonde quisessem. Entre eles havia muitas mulheres com crianças de colo. Como temiam que voltássemos para pegá-las, e para escapar de nós mais facilmente, deixaram os filhos em qualquer lugar no chão e puseram-se a fugir como desesperadas; e algumas fugiram para tão longe que foram parar a sete ou oito dias de nosso acampamento em Isabela, além das montanhas e atrás de imensos

rios; o que faz com que, de agora em diante, só os alcançaremos com grande esforço.” Assim começa a operação; eis aqui seu desenlace: “Mas quando atingimos as águas que cercam a Espanha, uns duzentos dos índios morreram, creio que por causa do ar ao qual não estavam habituados, mais frio do que o deles. Foram jogados no mar (...). Desembarcamos todos os escravos, a metade deles doentes.”

Mesmo quando não se trata de escravidão, o comportamento de Colombo implica o não reconhecimento do direito dos índios à vontade própria; implica que os considere, em suma, como objetos vivos. Assim, em seus impulsos de naturalista, sempre quer trazer à Espanha espécimes de todos os gêneros: árvores, pássaros, animais e índios; não lhe ocorre a idéia de pedir a opinião deles. “Diz que gostaria de prender uma meia dúzia de índios, para levá-los consigo; mas diz que não pode pegá-los porque todos tinham partido antes do anoitecer. Mas no dia seguinte, terça-feira, 8 de agosto, doze homens vieram numa canoa até a caravela: foram todos aprisionados e levados à nau do Almirante, que escolheu seis deles e enviou à terra os outros seis” (Las Casas, *História*, I, 134). O número já tinha sido fixado: meia dúzia; os indivíduos não contam, são contados. Numa outra ocasião ele quer mulheres (não por lubricidade, mas para ter uma amostra de cada coisa). “Enviei alguns homens a uma casa na margem oeste do rio. Eles me trouxeram sete cabeças de mulheres, jovens e adultas, e três crianças” (“Diário”, 12.11.1492). Ser índio, e ainda por cima mulher, significa ser posto, automaticamente, no mesmo nível que o gado.

As mulheres: se Colombo só se interessa por elas enquanto naturalista, o mesmo não acontece com os outros. Vamos ler o relato que Michele de Cuneo, fidalgo de Savona, faz de um episódio da segunda viagem — uma história entre mil, mas que tem a vantagem de ser contada por seu protagonista. “Quando estava na barca, capturei uma mulher caribe belíssima, que me foi dada pelo dito senhor Almirante e com quem, tendo-a trazido à cabine, e estando ela nua, como é costume deles concebi o desejo de ter prazer. Quería pôr meu desejo em execução, mas ela não quis, e tratou-me com suas unhas de tal modo que eu teria preferido nunca ter começado. Porém, vendo isto (para contar-te tudo, até o fim), peguei uma corda e amarrei-a bem, o que a fez lançar gritos inauditos, tu não terias acreditado em teus ouvidos. Finalmente, chegamos a um tal acordo que posso dizer-te que ela parecia ter sido educada numa escola de prostitutas.”

Este relato é revelador em vários aspectos. O europeu acha as mulheres índias bonitas; não lhe ocorre, evidentemente, a idéia de pedir a ela consentimento para “pôr seu desejo em execução”. Dirige esse pedido ao

Almirante, que é homem e europeu como ele, e que parece dar mulheres a seus compatriotas com a mesma facilidade com que distribui guizos entre os chefes indígenas. Michele de Cuneo escreve, é claro, para um outro homem, e prepara cuidadosamente o prazer da leitura para seu destinatário, pois, para ele, trata-se de uma história de puro prazer. No início, ele se coloca no papel ridículo de macho humilhado; mas faz isso unicamente para tornar ainda maior a satisfação de seu leitor em ver a ordem finalmente estabelecida com o triunfo do homem branco. Último olhar cúmplice: nosso fidalgo omite a descrição da “execução”, mas faz com que seja deduzida a partir de seus efeitos, aparentemente além de sua expectativa, e que permittem, além disso, num salto surpreendente, a identificação da índia a uma prostituta: surpreendente, pois aquela que recusava violentamente a solicitação sexual se vê assimilada à que faz desta solicitação sua profissão. Mas não é esta a verdadeira natureza de toda a mulher, que um número suficiente de palmadas basta para revelar? A recusa só podia ser hipócrita; arranje a mulher arisca, e descobrirá a prostituta. As mulheres índias são mulheres, ou índios ao quadrado; nesse sentido, tornam-se objeto de uma dupla violência.

Como Colombo pode estar associado a estes dois mitos aparentemente contraditórios, um onde o outro é um “bom selvagem” (quando é visto de longe), e o outro onde é um “cão imundo”, escravo em potencial? É porque ambos têm uma base comum, que é o desconhecimento dos índios, a recusa em admitir que sejam sujeitos com os mesmos direitos que ele, mas diferentes. Colombo descobriu a América, mas não os americanos.

Toda a história da descoberta da América, primeiro episódio da conquista, é marcada por esta ambigüidade: a alteridade humana é simultaneamente revelada e recusada. O ano de 1492 já simboliza, na história da Espanha, este duplo movimento: nesse mesmo ano o país repudia seu Outro interior, conseguindo a vitória sobre os mouros na derradeira batalha de Granada e forçando os judeus a deixar seu território; e descobre o Outro exterior, toda essa América que virá a ser latina. Sabemos que o próprio Colombo liga constantemente os dois eventos: “No corrente ano de 1492, depois que Vossas Altezas puseram fim na guerra contra os mouros (...), nesse mesmo mês, (...) Vossas Altezas (...) pensaram em enviar-me, a mim, Cristóvão Colombo, às ditas paragens da Índia. (...) Assim, após terem expulsado todos os judeus para fora de vossos reinos e domínios, Vossas Altezas nesse mesmo mês de janeiro ordenaram-me que partisse com armada suficiente às ditas terras da Índia”, escreve no início do diário da primeira viagem. A unidade destes dois movimentos, onde Colombo

tende a ver a intervenção divina, está na propagação da fé cristã. "Espero em Nosso Senhor que Vossas Altezas se decidirão a enviar rapidamente [religiosos] para unir à Igreja tão grandes povos e convertê-los, assim como Elas destruíram aqueles que não queriam confessar o Pai, o Filho e o Espírito Santo" (6.11.1492). Mas também podemos ver as duas ações como orientadas em sentidos opostos, e complementares: uma expulsa a heterogeneidade do corpo da Espanha, a outra a introduz irremediavelmente.

A seu modo, Colombo participa deste duplo movimento. Não percebe o outro, como vimos, e impõe a ele seus próprios valores, mas o termo que usa mais freqüentemente para referir-se a si mesmo e que é utilizado também por seus contemporâneos é: o Estrangeiro; e se tantos países buscaram a honra de ser a sua pátria, é porque ele não tinha nenhuma.

II

CONQUISTAR